

CPI segue na direção de trazer à tona um esquema, dentro do Ministério da Saúde, de pagamentos irregulares. Para isso, mergulhará na atuação e nos contratos da VTCLOG

Empresa é chave para revelar propinoduto

» SARAH TEÓFILO

A CPI da Covid começa a formar a convicção de que havia no Ministério da Saúde um suposto esquema de pagamento de propina a parlamentares e servidores da pasta, e que a empresa VTC Operadora Logística (VTCLOG) seria a chave para trazer à tona a estrutura ilegal. Ontem, o presidente da comissão de Inquérito, senador Omar Aziz (PSD-AM), disse ter certeza de que o ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias era o “grande operador” da organização que funcionava dentro na Pasta.

Segundo Aziz, o esquema começou em 2018, na gestão do deputado e atual líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), no Ministério da Saúde, e continuou a partir de 2019, com Dias. O hoje parlamentar extinguiu a Central Nacional de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos (Cenadi), responsável pela distribuição de vacinas e de outros insumos pelo governo federal, e a substituiu pela VTCLOG.

“Tenho certeza de que o Roberto Dias era o grande operador dentro do Ministério da Saúde, não só naquela famosa reunião na mesa de bar no shopping (relatada por Luiz Paulo Dominghetti sobre a propina de US\$ 1 por dose de vacina), como também em outros contratos que o Ministério da Saúde assinou nos últimos dois anos”, afirmou.

Já outro integrante do colegiado, o senador Humberto Costa (PT-PE), foi mais cauteloso e ressaltou a necessidade de coletar mais informações a atuação de Dias: “Há forte suspeita de que há ali um grupo de parlamentares que se beneficia de recursos gerados pela VTCLOG. Todo mês teria um valor. Mas tem que chegar mais informações”, explicou.

Busca de nomes

Aziz, porém, relatou que, por muito tempo, Dias ficou no comando de todas as licitações e foi retirado durante a pandemia apenas no que se referia às vacinas contra covid-19, cujas negociações foram centralizadas na Secretaria-Executiva — controlada pelo coronel Elcio Franco. O senador disse, ainda, que é

Ed Alves/CB/D.A Press



Segundo Aziz, é preciso saber para quem o ex-diretor de Logística do ministério Roberto Dias “operava”



preciso saber “para quem ele operava”. A CPI suspeita que havia disputa entre dois grupos no ministério pelas negociações dos imunizantes.

“Ele controlava todo o ministério desde 2018. Há fortes indícios, segundo está sendo apurado, de que haja esse tipo de comportamento (propinas mensais). Vamos continuar investigando para que a gente possa, em cima dos fatos, chegar aos nomes, sem ter a irresponsabilidade de acusar A ou B. Mas há um forte indício, sim”, afirmou o presi-

dente da comissão de inquérito.

Aziz ressaltou que Dias foi mantido no cargo, apesar de, em outubro do ano passado, terem tentado demiti-lo — a exoneração foi revertida após intervenção que teria partido do DEM. “Ele foi nomeado pelo Mandetta (ex-ministro Luiz Henrique Mandetta) e depois não saiu. Houve mudanças em vários cargos. Ele foi sair depois que a CPI o denunciou. Até então, ele era intocável”, atacou Aziz.

Indicações

O site da transparência do governo aponta que a VTCLOG firmou, ao menos, 16 contratos com o ministério, sendo que sete foram no período em que Ricardo Barros era ministro da Saúde. “A VTCLOG não está somente no Ministério da Saúde. Está em outros órgãos que nós estamos investigando também. Temos indícios também que foi colocado por meio de indicação”, observou.

A empresa de logística VTCLOG possui contratos com a União desde 2009, segundo informações do Portal da Transparência do governo federal. Atualmente, atende aos ministérios da Saúde e da Defesa. Reportagem de ontem, do site UOL, apontou que a prestadora de serviços pagaria propinas mensais de quase R\$ 300 mil a servidores e políticos. A CPI pretende investigar a empresa após o retorno do receso, em 3 de agosto, e a principal executiva da companhia, Andreia Lima, está convocada a prestar esclarecimentos.

Em nota, a VTCLOG disse que “repudia, com veemência, todos os fatos imputados a ela que tenham o condão de macular a sua imagem e reputação”. “Essas acusações são irresponsáveis e, quanto a todas elas, a empresa adotará todas as medidas judiciais cabíveis”, salientou. Já a defesa de Roberto Dias disse que não comentaria as declarações “por serem denúncias inexistentes com intuito de gerar factoides”.

Queiroga admite “transgressões”

Em resposta à indagação sobre supostas irregularidades na negociação da aquisição de vacinas contra covid-19, pelo Ministério da Saúde, que estão sendo investigadas pela CPI da Covid, o ministro Marcelo Queiroga admitiu que, na administração pública, incluindo União, estados e municípios, “pode haver algum tipo de transgressão”.

“Naturalmente que, em uma administração pública gigantesca, como é do Estado brasileiro, não só na União, mas também nos entes subnacionais (estados e municípios), pode haver algum tipo de transgressão. Se houver, nós temos a lei. E a lei, ela é igual para todos”, disse.

Queiroga acrescentou que “o ministério tem um setor de integridade. Então, toda vez que há alguma denúncia, essas denúncias são apuradas. E, de acordo com a apuração, as providências, elas são tomadas”.

“Vocês já viram que nós, aqui, somos céleres na tomada de decisão, seguindo a determinação do presidente da República. O que nós queremos é que cada centavo que vem do imposto que nós pagamos seja aplicado de maneira própria”, salientou.

Apesar do receso, equipes técnicas que auxiliam a CPI vão atuar na análise de documentos que já chegaram à comissão, incluindo as quebras de sigilo. Antes do receso, o colegiado estava no rastro de suspeitas de irre-

gularidades envolvendo a aquisição de vacinas contra covid-19 com a presença de intermediários. O foco estava sobre a Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech, representado no Brasil pela Precisa Medicamentos, e sobre a empresa Davati Medical Supply.

No caso da Covaxin, o governo firmou contrato no dia 25 de fevereiro, de R\$ 1,6 bilhão, para compra de 20 milhões de imunizantes. Uma denúncia de pressão para agilizar a importação do imunizante, entretanto, e problemas na invoice (nota fiscal internacional), relatadas pelo servidor da Saúde Luis Ricardo Miranda, deixaram o contrato sob suspeita na CPI. O governo suspendeu a contratação e, semana passada, Queiroga disse que o Brasil tinha vacinas suficientes e descartou a Covaxin.

Já em relação à Davati, a empresa também entrou no foco na comissão depois que o cabo da Polícia Militar Luiz Paulo Dominghetti disse ter recebido pedido de propina de US\$ 1 por dose de vacina do ex-diretor do Departamento de Logística do ministério Roberto Dias, quando tentou vender 400 milhões de imunizantes da AstraZeneca ao governo — cujo contrato de fabricação é com a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Senadores na CPI que tratava-se de golpe e que as vacinas não existiam. (ST)

André Borges/AFP



Naturalmente que, em uma administração pública gigantesca, como é do Estado brasileiro, não só na União, mas também nos entes subnacionais (estados e municípios), pode haver algum tipo de transgressão. Se houver, nós temos a lei. E a lei, ela é igual para todos”

Marcelo Queiroga, ministro da Saúde



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



Doria ao mar

A cúpula do PSDB quer jogar o governador de São Paulo, João Doria, ao mar. Essa é a tradução da entrevista do presidente da legenda, Bruno Araujo (PE), na qual manifestou a disposição de a legenda abrir mão da cabeça de chapa para construir uma candidatura de centro mais robusta e capaz de chegar ao segundo turno: “Como é tradição desde sua fundação, o PSDB trabalha sempre para ter nomes à disposição para servir ao país como candidato à Presidência da República. Com as prévias, ofereceremos um nome absolutamente capaz de liderar o Brasil. Mas, para isso, também devemos estar abertos ao diálogo. Só pode receber apoios quem está disposto a apoiar”, disse.

A declaração pôs mais lenha na fogueira do confronto entre o governador paulista e o deputado Aécio Neves (MG), principal articulador da proposta de que a legenda não deva ter candidato a presidente da República, para gastar suas energias e os recursos financeiros com a eleição de deputados federais. O ex-governador mineiro, que disputou as eleições presidenciais de 2014, sendo derrotado no segundo turno por Dilma Rousseff, continua sendo um político influente na Câmara e no Senado, onde também exerceu mandato. Doria acusou o golpe, ainda mais porque Aécio havia dito numa entrevista na CNN que não o considera o melhor nome para disputar a Presidência em 2022. Segundo o parlamentar mineiro, o governador tucano “perdeu as condições de reeleição em São Paulo”.

Doria reagiu com virulência às declarações do parlamentar mineiro: “Aécio não gosta de eleição, gosta de conchavão, que foi o que ele fez com o governo Bolsonaro. Aécio não quer nenhum nome do PSDB como candidato à Presidência, ele quer que o fundo eleitoral fique à disposição dele mesmo. Nanico é o pensamento de Aécio Neves. Nanico foi o que ele fez, após a derrota dele, ao pedir propina a um grande empresário brasileiro e está sofrendo agora oito processos. Tenho pena e lamento que ele ainda frequente o PSDB. Deveria ter pedido para sair.”

Isolamento

Aécio não está sozinho. Conta com aliados leais na bancada da Câmara e acordos tácitos com outros pretendentes à vaga de candidato a presidente da República do PSDB, nas prévias da legenda marcadas para novembro. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, é o principal adversário de Doria. Nas avaliações de bastidor, hoje, seria o mais votado. Também disputam as prévias o senador Tasso Jereissati, ex-governador do Ceará, e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio Netto.

Mas o maior problema de Doria é o ex-governador tucano Geraldo Alckmin, que o lançou na política como candidato a prefeito de São Paulo, em 2016. Nas eleições de 2018, Doria se insurgiu contra o acordo de Alckmin com seu vice, Márcio França (PSB), que assumiu o governo paulista, correu à reeleição. Doria compartilhou eleitores no segundo turno com o presidente Jair Bolsonaro, para conquistar o Palácio dos Bandeirantes. Agora, transferiu seu vice Rodrigo Garcia do DEM para o PSDB, o que o agastou com os democratas, para que assumisse o governo e concorresse à reeleição, em vez de apoiar Alckmin. É um caso típico de conflito entre criador e criatura.

Acontece que a pandemia de covid-19 quase engoliu o mandato de Doria completamente. Sem dúvida, foi o governante que mais bem se preparou para enfrentá-la, graças aos investimentos do Instituto Butantan na produção da vacina chinesa CoronaVac, mas as coisas não saíram exatamente como planejava. Bolsonaro demitiu o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta, que fazia parceria com Doria, e abriu uma guerra contra as vacinas, em confrontos quase diários com o governador paulista. O desgaste foi recíproco, apesar do negativismo de Bolsonaro. Doria é o grande responsável por 50% das vacinas aplicadas no Brasil, mas São Paulo sempre foi o epicentro da pandemia, e isso retardou a imunização completa dos paulistas.

Agora, Doria enfrenta uma situação delicada: Alckmin lidera com folga a disputa pelo governo paulista, em aliança com França, seu antigo vice. Além disso, o ex-governador não quer correr o risco de perder as prévias do PSDB paulista e negocia sua transferência para o PSD, do ex-prefeito paulista Gilberto Kassab. Além disso, perdeu seu principal aliado, o falecido prefeito de São Paulo Bruno Covas. Ao mesmo tempo, Doria trava uma guerra em duas frentes: as pesquisas mostram que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o favorito nos grandes centros paulistas, enquanto Bolsonaro mantém seus redutos nas pequenas e médias cidades paulistas. O governador tucano foi ensanduichado.

Quem acompanha a agenda de Doria verifica que sua prioridade é intensificar a vacinação em São Paulo e fazer entregas administrativas. Continua apostando no marketing dos imunizantes no plano nacional, mas trocou os bate-bocas diários com Bolsonaro pelos anúncios de criação de frentes de trabalho, reformas de estradas, entrega de creches, implantação do ensino integral, programas sociais para a população de baixa renda etc. Quem o conhece diz que não vai desistir facilmente da candidatura à Presidência. Como sempre largou em desvantagem nas pesquisas, acredita que pode virar o jogo na campanha eleitoral, mais uma vez.

“O maior problema de Doria é o ex-governador tucano Geraldo Alckmin, que o lançou na política como candidato a prefeito de São Paulo, em 2016, e agora é seu desafeto”